

**CENTRO ESPÍRITA ISMAEL
DEPARTAMENTO DE ENSINO DOUTRINÁRIO
AV. HENRI JANOR, 141, JAÇANÃ - S. P.
FONE: 6242-6747**

APONTAMENTOS

**SOBRE OS TEMAS DO 2.º SEMESTRE DO CURSO
BÁSICO DE ESPIRITISMO (1.º ANO DO CURSO DE
EDUCAÇÃO MEDIÚNICA)
- AS LEIS MORAIS -**

(Sérgio Biagi Gregório)

ÍNDICE

01 - Lei Divina ou Natural	04
02 - Lei de Adoração	08
03 - Lei do Trabalho	12
04 - Lei de Reprodução	15
05 - Lei de Conservação	18
06 - Lei de Destruição	21
07 - Lei de Sociedade	24
08 - Lei de Progresso	27
09 - Lei de Igualdade	30
10 - Lei de Liberdade	33
11 - Lei de Justiça, Amor e Caridade	37
14 - Bibliografia Consultada	40

INTRODUÇÃO

O objetivo deste encarte é apresentar os temas do **2.º semestre do Curso Básico de Espiritismo** (1.º Ano do Curso de Educação Mediúnica) em forma de breves ensaios, no sentido de enriquecer o conteúdo das aulas ministradas.

01 LEI DIVINA OU NATURAL

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Histórico. 4. Doutrinas sobre a Lei Natural. 5. Caracteres da Lei Natural. 6. Conhecimento da Lei Natural. 7. O Bem e o Mal. 8. Divisão da Lei Natural. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é mostrar que o conhecimento da Lei Natural é requisito necessário para que possamos atualizar as nossas potencialidades no bem, tornando-nos virtuosos, pois é somente pela virtude que nos preparamos para a obtenção do sumo bem.

2. CONCEITO

Noção de Lei — Aurélio, no seu Dicionário, anota vários sentidos, entre os quais: norma, preceito, princípio, regra; obrigação imposta pela consciência e pela sociedade. De acordo com Santo Tomás de Aquino "É uma ordenação da razão, promulgada em mira ao bem comum, por aquele que tem o encargo da comunidade."

Lei Natural — O nome da lei natural serve para designar uma *lei* que é conhecida pela luz natural da razão como derivando da natureza das coisas, que procede de Deus como autor da natureza, e que governa a atividade do homem para seu fim último natural. Por isto recebe ela também, por essa mesma razão, o nome de *direito natural (jus naturae)*. Pode, pois, ser definida como sendo uma *participação da lei eterna na criatura racional*. (Jolivet, 1966, p. 93 a 116)

3. HISTÓRICO

As Leis Naturais sempre existiram: elas são tão velhas quanto o próprio Deus. Na Antigüidade, embora os grandes filósofos não a expressassem textualmente, podemos lê-las nas entrelinhas dos seus discursos. Sócrates e Platão falavam que o homem devia agir de acordo com a sua consciência, ou seja, praticar as virtudes que nada mais é do que escolher com justiça o bem e se apartar do mal. No campo político, Platão falava de um estado ideal, em que os mais sábios deviam governar por serem os mais conhecedores dessas leis da natureza.

Na Idade Média temos os contributos de Santo Tomás de Aquino, que fala de uma lei eterna, proveniente do próprio Deus.

Na Idade Moderna lembramos os contributos de Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), John Stuart Mill (1806-1873) e Adam Smith (1723-1790). Cada qual em suas obras específicas deixa entrever o aspecto precioso da lei Natural. Hobbes, por exemplo, em *A República* diz que o governo é o elemento mais importante para a aplicação da lei natural, conhecida como lei áurea: "Não fazermos aos outros o que não gostaríamos que fosse feito a nós". John Locke (1632-1704), por outro lado, em *Sobre o Governo Civil* começa o seu discurso reportando-se ao estado natural, em que viviam Adão e Eva. Naquela época, a **Lei Natural** e a **Razão** eram os elementos necessários para direcionar os atos de cada um. John Stuart Mill (1806-1873) em *On Liberty* defende que a única liberdade que merece o nome de liberdade é aquela em que cada um procurando o seu próprio interesse não prejudica o próximo a conquistar o dele. Já Adam Smith (1723-1790) em *A Riqueza das Nações* queria dar uma resposta mais coerente às indagações levantadas na sua *Teoria sobre os Sentimentos Morais*, ou seja, como o interesse próprio pode gerar o bem-estar da sociedade. Tenta, também, partindo de uma confusão inicial visualizar o todo harmônico. (COMMINS, 1947.)

4. DOCTRINAS SOBRE A LEI NATURAL

Desde a Grécia Antiga, passando pela Palestina e pelo Egito, sempre tivemos contribuições para a compreensão da Lei Natural. Assim, há pelo menos quatro doutrinas que concernem à lei natural:

1) A Doutrina da Lei como **imanente** significa que a ordem da natureza expressa os caracteres das coisas reais, as quais, conjuntamente, compõe as existências encontradas na natureza. Quando compreendemos as essências dessas coisas, conhecemos, também, as mútuas relações de umas para com as outras. Se há elementos comuns em alguns padrões parciais de identidade, supõe-se também que os há em outros padrões. É evidente que essa doutrina prega a negação do “Ser Absoluto”, pois mostra somente as várias interdependências de todas as essências da natureza.

2) A Doutrina da Lei **imposta** adota a alternativa da doutrina metafísica das relações externas entre as existências que são fundamentos constitutivos da natureza. Os caracteres dessas coisas fundamentais são concebidos como tendo qualificação própria. Assim, uma existência é entendida em completa desconexão com outras existências. O problema é que mesmo não requerendo a participação das outras existências, há uma imposição no sentido de que esta existência necessite estar relacionada com as outras.

3) A Doutrina da Lei como **mera observação parcial** das coisas naturais. Aqui a Lei é meramente descritiva: observa-se a regularidade das coisas e a partir daí estabelecem-se regras. Como se vê, esta doutrina tem atrativo muito forte de simplicidade. Enquanto as duas primeiras doutrinas levam-nos à dificuldade para compreender a Lei e a natureza de Deus, esta liberta-nos de qualquer entrave, pois tudo gira em função da simples observação dos padrões de identidade da natureza.

4) A mera descrição não é suficiente para a compreensão da Lei. É preciso acrescentar-lhe uma **interpretação convencional**, ou seja, além da descrição, devemos estudar os fatos e inferir novas leis. O papel da ciência nada mais é do que observar, formular hipóteses, testá-las e tirar conclusões. Caso esteja em erro, voltar, reformular as hipóteses até atingir um grau maior de veracidade dos fatos. É um trabalho de infatigável perseverança na busca da verdade. (WHITEHEAD, 1942)

5. CARACTERES DA LEI NATURAL

Todas as leis da Natureza são leis divinas, pois Deus é o autor de todas as coisas. São leis eternas, imutáveis, não estão sujeitas ao tempo, nem à circunstância, embora tenham em si o elemento do progresso. O sábio estuda as leis da matéria, o homem de bem, as da alma e segue-as.

Entre as Leis Divinas:

a) umas regulam o movimento e as relações da matéria bruta: são as **leis físicas**; seu estudo pertence ao domínio da Ciência;

b) outras concernem especialmente ao homem e às suas relações com Deus e com os seus semelhantes. Compreendem as regras da vida do corpo e as da vida da alma: são as **leis morais**. (Kardec, 1995, perguntas 614 a 618)

Embora a Lei Natural refira-se tanto ao aspecto físico quanto ao aspecto moral, é o aspecto moral que deve ser enfatizado, pois é ele que dá referência ao nosso estado de evolução espiritual.

Mas como o homem faz para conhecê-la?

Há dois elementos básicos: **unidade e universalidade**. A lei matemática em que dois mais dois são quatro existe em todo o lugar do universo. Independe de tempo e espaço.

6. CONHECIMENTO DA LEI NATURAL

Na pergunta 621 de *O Livro dos Espíritos* - Onde está escrita a lei de Deus? Os Espíritos respondem que está escrita na **consciência do ser**. E em seguida dizem que há necessidade de sermos lembrados porque havíamos esquecidos.

Como entender que a lei está escrita em nossa consciência? De acordo com os princípios doutrinários, codificados por Allan Kardec, fomos criados simples e ignorantes, sujeitos ao progresso. Nesse sentido, o Espírito André Luiz, no livro *Evolução em Dois Mundos*, explica-nos que no reino **mineral** recebemos a **atração**; no reino **vegetal** a **sensação**; no reino **animal** o **instinto**; no reino **hominal** o **pensamento contínuo**, o **livre-arbítrio** e a **razão**. São os pródomos da **lei moral**, cujo objetivo é transformar os homens em “anjos”, “arcânjos” e “querubins”. É a potencialização das virtualidades de cada ser.

Poderíamos, também, dizer de outro modo:

nos seres inanimados, é uma força cega que está em ação: a relação entre o fim e os meios é puramente mecânica. Nos seres brutos reina o instinto, graças ao qual a lei se cumpre sob o influxo de uma necessidade interna. Não há pois, em ambos os casos, nem mérito, nem demérito e, por conseqüência, nem dever nem direito.

Em relação ao homem, a lei já não é mecânica nem instintiva, senão moral. Obriga a vontade, mas deixando ao livre-arbítrio a escolha entre o bem e o mal: de outro modo não compreenderiam nem o mérito nem o demérito. A lei moral natural nada mais é, pois, do que a lei eterna, enquanto esta tem por objeto a regulação da atividade humana.

É por isso que SANTO AGOSTINHO E SANTO TOMÁS afirmam que Deus "concriou" ao mesmo tempo a lei natural e os seres que chamou à existência. De maneira que se pode dizer que de alguma sorte, a lei eterna está "transcrita" ou "inscrita" na razão humana: ela é a razão divina a irradiar em nós por modo de participação". (Jolivet, 1966, p. 93 a 116)

7. O BEM E O MAL

A experiência propicia-nos condições de conhecer o bem e o mal. Se Adão e Eva não tivessem provado a maçã, não saberiam o que é o bem e o que é o mal. O fato bíblico, nesse contexto, pode ser analisado da seguinte forma: Adão, estimulado pela Eva e esta, pela serpente, comem o fruto proibido - cometem o pecado. Adão poderia escusar-se dizendo que a culpa era da Eva e da serpente. Mas é justamente nesse ponto que a divindade intervém e dá-lhe a noção de **responsabilidade**.

A responsabilidade pode ser visualizada espiritualmente. O Espírito André Luiz, no livro *Evolução em Dois Mundos*, psicografado por Francisco Cândido Xavier, traça-nos a trajetória do princípio inteligente, através dos vários reinos da natureza. Diz-nos que, desde a nossa criação, estamos sendo conduzidos pelos “**Operários Espirituais**”. A diferença é que, uma vez adquirido o livre-arbítrio no reino hominal, o princípio, agora denominado Espírito, é deixado ao sabor de suas próprias forças, porém com a **responsabilidade** pelos atos praticados.

O estudo ora encetado comporta a seguinte pergunta: onde está a origem do mal? Deus, que é sabedoria, justiça e bondade, não pode ser a sua causa. Mas o mal existe e, portanto, deve ter uma causa. Excluindo-se os males que não podemos evitar, tais como os flagelos destruidores, a maioria deles tem sua causa no orgulho, na ambição e no egoísmo humanos.

Podemos, ainda, levantar outra questão: como distinguir o bem do mal? Allan Kardec, em *O Livro dos Espíritos*, esclarece-nos que o bem é agir de acordo com a lei de Deus. Diz-nos, também, que se tivermos dúvida sobre o ato, devemos reportar-nos à regra áurea, ensinada por Jesus: "não fazer aos outros o que não gostaríamos que nos fizessem". (Kardec, 1995, perguntas 629 a 646)

8. DIVISÃO DA LEI NATURAL

PILASTRA_DC — Sigla para lembrarmos das dez Leis Naturais. **P** da Lei do Progresso, **I** da Lei de Igualdade, **L** da Lei de Liberdade, **A** da Lei de Adoração, **S** da Lei de Sociedade, **T** da Lei do Trabalho, **R** da Lei de Reprodução, **A** da Lei de Justiça, Amor e Caridade, **D** da Lei de Destruição e **C** da Lei de Conservação.

Na pergunta 648 de *O Livro dos Espíritos* — Que pensais da divisão da lei natural em dez partes? — “Essa divisão da lei de Deus em dez partes é a de Moisés e pode abranger todas

as circunstâncias da vida, o que é essencial. Podes segui-la, sem que ela tenha entretanto nada de absoluto, como não o têm os demais sistemas de classificação, que dependem sempre do ponto de vista sob o qual se considera um assunto. A Lei de Justiça, Amor e Caridade é a mais importante; é por ela que o homem pode avançar mais na vida espiritual, porque resume todas as outras”. (Kardec, 1995. Perguntas 647 e 648)

9. CONCLUSÃO

Tomar consciência da Lei Natural é o melhor caminho que devemos seguir na vida. Saber ouvir, saber falar e principalmente saber refletir, a fim de não desprezarmos os deveres da consciência impostos por nós mesmos no íntimo de nosso coração.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COMMINS, S. e LINSKOTT, R. N. *The World's Great Thinkers - Man and the State: the Political Philosophers*. New York, EUA, Random House, 1947.

JOLIVET, R. *Tratado de Filosofia (Volume IV - Moral)*. Rio de Janeiro, Agir, 1966.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. São Paulo, FEESP, 1972.

WHITEHEAD, A. F. *Adventures of Ideas*. Cambridge, University Press, 1942.

XAVIER, F. C. e VIEIRA, W. *Evolução em Dois Mundos*, pelo Espírito André Luiz, 4. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.

02 LEI DE ADORAÇÃO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Histórico. 4. Hierofanização. 5. O sagrado. 6. Finalidade da adoração. 7. Formas de Adoração: 7.1. Adoração exterior; 7.2. Prece; 7.3. Politeísmo; 7.4. Sacrifícios. 8. Conclusão. 9. Bibliografia Consultada.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo consiste na observação do sentimento de adoração, inato no ser humano, porém influenciado pelas hierofanias das diversas religiões.

2. CONCEITO

A palavra **adorar** vem do latim *ad* e *orare* que significa orar para alguém. É o gesto que traduz o sentimento de admiração, de espanto, de temor, de reverência e de amor do homem para com a Divindade, em si, nas suas manifestações e nos seus representantes. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

Dependendo do sistema religioso no qual estivermos inseridos, optamos por um tipo de vivência religiosa, em que expressamos as nossas atitudes de dependência e submissão ao Ser Supremo, de forma racional ou dogmática.

3. HISTÓRICO

A **tradição histórica** mostra que a veneração de um Ser Supremo existe desde a antigüidade. Há registros de que o homem de Neanderthal, há 150.000 anos, enterrava os mortos junto com objetos de uso diário, evidenciando a crença numa vida futura. Em cada etapa do processo histórico, fomos idolatrando a divindade de acordo com o horizonte alcançado nesses estados de compreensão.

Assim:

1) **Nas religiões primitivas.** Entre os primitivos, esse sentimento originário, muito indiferenciado ainda irrompe em *exclamações* de terror sacro ante o poder do *numinosum* e do *fascinosum*, tais como: *Mana, Tabo, Orenda, Vacanda, Manitu* etc.

2) **Nas religiões médio e próximo orientais.** O que nos primitivos era espontâneo assume, aqui e agora, um aspecto estudado e ritual. A sua forma mais freqüente é a *prostração*. Esta pode ser total — joelhos e face em terra, como ainda hoje entre os Muçulmanos — ou parcial, equivalente à genuflexão, simples ou dupla. A adoração faz-se no templo e fora dele, tendo, neste caso, o fiel o cuidado de orientar *toda* a sua pessoa na direção do lugar santo.

3) **Nas religiões greco-latina.** Traduzindo, sobretudo, o sentimento de reconhecimento, do respeito e do amor, o gesto com que o homem clássico "adora" uma divindade ou um mortal consiste num simples beijo enviado na ponta dos dedos. A prostração e até a simples genuflexão são por ele consideradas costumes "bárbaros". Mas, com a orientalização da Grécia e de Roma, esses costumes tornam-se correntes, aplicando-se, não apenas aos deuses, mas aos homens investidos do poder ou da glória. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

4) J. Herculano Pires em *O Espírito e o Tempo* retrata este histórico em termos de horizontes: **tribal** (mediunismo primitivo), **agrícola** (animismo), **civilizado** (mediunismo oracular), **profético** (mediunismo bíblico) e **espiritual** (mediunidade positiva).

4. HIEROFANIZAÇÃO

Ao lembrarmos-nos de que algumas religiões utilizam-se da *Litolatria* (adoração das pedras), da *Fitolatria* (adoração das árvores) e da *Zoolatria* (adoração dos animais), logo vem à nossa mente a imagem de pouca racionalidade desses cultos. Falta-nos uma melhor compreensão do termo *hierofania*.

A **hierofania** é o ato da manifestação do sagrado. A história das religiões tem um número considerável de hierofanias, ou seja, todas as manifestações das realidades religiosas. É isso o que explica o sagrado manifestando-se em pedras, animais, árvores etc. (Eliade, 1957, p. 25)

Não são as pedras, as árvores, os animais e os objetos que são adorados, mas sim o que eles representam para a coletividade.

Um exemplo clássico nos dias atuais: adoração da vaca na Índia. A vaca da Índia é igual a todas vacas do planeta. Mas quando esse animal sofre um processo de hierofanização, ele torna-se um animal sagrado.

Na Idade Média, tínhamos a cruz representando o combate ao mal.. A cruz era feita de madeira como qualquer outra cruz. Contudo, diante do processo de hierofanização, ela servia para expulsar os "demônios".

5. O SAGRADO

O **sagrado** é a manifestação de uma realidade de ordem inteiramente diferente da das realidades "naturais". Tem como contrapartida a noção de profano. (Eliade, 1957, p. 24). O próprio **espaço**, para o homem religioso, não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. "Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés, descalça as sandálias; porque o lugar onde te encontras é uma terra sagrada" (Êxodo, III, 5). (Eliade, 1957, p. 35)

Em se tratando do sagrado, há também a crença no **Deus Otiosus**, que é o fenômeno do "afastamento" do Deus supremo é já atestado aos níveis arcaicos de cultura. Entre os australianos Kulin, o Ser Supremo Bundjil criou o Universo, os animais, as árvores e o próprio homem; mas, depois de ter investido em seu filho o poder sobre a Terra, e a sua filha o de providenciar no Céu, Bundjil retirou-se do mundo. Na África, os Yorubas da Costa dos Escravos acreditam num Deus do Céu, denominado Olorum (literalmente proprietário do céu) que, após haver iniciado a criação do mundo, incumbiu um Deus inferior, Obatala, de concluí-lo e governá-lo. Quanto a Olorum, afastou-se, sendo invocado como último recurso. (Eliade, 1957, p. 132-134)

Convém lembrar que, além da religião, o direito, a ética, a estética, a política, o casamento, a família, o sexo, a morte, a arte, a arquitetura e muitos outros aspectos da vida são igualmente envolvidos pelo sagrado. Situemos, como exemplo, o **Direito**: a arquitetura dos tribunais, a toga do juiz, o ritual das sessões dos tribunais, mesmo o uso de símbolos religiosos para o juramento, por exemplo, apontam certos aspectos da instituição do direito que têm pelo menos certo sabor de sagrado. Nos Estados Unidos, em qualquer circunstância, um juiz da Suprema Corte tem, aos olhos do homem médio, um *status* muitíssimo mais alto que o de um sociólogo, e um cientista social está muito mais sujeito a olhar como um servo para o tribunal do que a vê-lo como uma ameaça. (Boulding, 1974, cap. 4)

6. FINALIDADE DA ADORAÇÃO

A finalidade da adoração é a elevação do pensamento a Deus. Pela adoração o homem aproxima dEle a sua alma. A consciência de sua fraqueza leva o homem a se curvar diante dAquele que o pode proteger. Nesse sentido, jamais houve povos ateus. Todos compreendem que há acima deles, um Ser supremo. É por isso que a Lei de Adoração é uma lei natural, ou seja, não cremos em Deus pela lucubração de nossos pensamentos, mas por um sentimento que é inato em todos os seres vivos. (Kardec, 1995, perguntas 649 a 652).

Esse sentimento, porém, toma em cada tipo de religião uma forma determinada. É o atendimento da necessidade interior de cada um de nós. Por isso, se já estamos num nível mais avançado de racionalidade não devemos nos achar superiores ou mesmo tratar com desprezo os que se utilizam de meios ainda menos racionais. O que importa é o que a pessoa sente e não tanto a forma externa de manifestação.

7. FORMAS DE ADORAÇÃO

7.1. ADORAÇÃO EXTERIOR

Diz-nos Allan Kardec que a verdadeira adoração é a do coração. Contudo, se a adoração exterior não for um fingimento, tem o seu mérito, visto Deus pesar mais as intenções do que o ato em si. Deus prefere os que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, fazendo o bem e evitando o mal. Aquele que se vangloria de adorar o Cristo mas que é orgulhoso, invejoso e ciumento, que é duro e implacável para com os outros ou ambicioso de bens mundanos, só tem a religião dos lábios e não no coração. (Kardec, 1995, perguntas 653 a 656).

7.2. PRECE

A prece é um ato de adoração. Fazer preces a Deus é pensar nEle, aproximar-se dEle, por-se em comunicação com Ele. Pela prece podemos fazer três coisas: louvar, pedir e agradecer. O essencial não é orar muito, mas orar bem. Há pessoas que julgam que todo o mérito está na extensão da prece e fecham os olhos para os seus próprios defeitos. Estes não estão orando corretamente. (Kardec, 1995, perguntas 658 a 666)

7.3. POLITEÍSMO

A idéia de um Deus único só podia aparecer como o resultado do desenvolvimento mental do homem. Incapaz, na sua ignorância, de conceber um ser natural, sem forma determinada, agindo sobre a matéria, ele lhe havia dado os atributos da natureza corpórea, ou seja, uma forma e uma figura, e desde então tudo o que lhe parecia ultrapassar as proporções da inteligência comum tornava-se para ele uma divindade. Tudo quanto não compreendia devia ser obra de um poder sobrenatural, e disso a acreditar em tantas potências distintas quanto efeitos pudesse ver, não ia mais do que um passo. Mas em todos os tempos houve homens esclarecidos, que compreenderam a impossibilidade dessa multidão de poderes para governar o mundo sem uma direção superior, e que se elevaram ao pensamento de um Deus único. (Kardec, 1995, pergunta 667)

7.4. SACRIFÍCIOS

Os homens primitivos acreditavam que uma criatura animada teria muito mais valor aos olhos de Deus do que um corpo material. Foi esse o motivo que os levou a imolar primeiramente os animais e depois o próprio ser humano, pois, segundo sua falsa crença, pensavam que o valor do sacrifício estava em relação com a importância da vítima.

Deus julga sempre a intenção. Amparar os pobres e os aflitos é o melhor meio de homenageá-Lo. Desta forma, Deus desaprova as cerimônias que fazemos em nossas preces, pois há muito dinheiro que se poderia empregar mais utilmente. O homem que se prende à exterioridade e não ao coração é um espírito de vista estreita. (Kardec, 1995, perguntas 669 a 673)

8. CONCLUSÃO

O tipo de reverência, em que a verdadeira adoração é a que provém do coração, ainda é difícil de ser praticada para a maioria dos viventes. Contudo, não há outra forma de

atingirmos um perfeito relacionamento com a Divindade: o estágio de evolução mais avançado exige esforços constantes da razão.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOULDING, K. E. *O Impacto das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa, Livros do Brasil, 1957?

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Verbo, s. d. p.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

03 LEI DO TRABALHO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Concepções Históricas do Trabalho. 4. Necessidade. 5. Remuneração do Trabalho: o Salário. 6. A utilidade do Trabalho. 7. Trabalho e Lazer. 8. A Felicidade. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar as concepções do trabalho elaboradas pelos pensadores da terra, comparando-as com as concepções trazidas pelos amigos espirituais.

2. CONCEITO

O termo **trabalho** origina-se do lat. vulgar *tripalium*, instrumento de tortura composto de três paus ou varas cruzadas, ao qual se prendia o réu. *Significa*, em geral, qualquer *atividade* do homem que tem por *finalidade* um resultado *útil* e, nessa medida, dotado de valor econômico. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

É toda a atividade pela qual o homem, no exercício de suas forças físicas e mentais, direta ou indiretamente, transfigura a natureza para colocá-la a seu serviço. O trabalho é um **dever** inelutável de todo o homem, qualquer que seja a concepção moral e religiosa que o inspira. (Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo)

Para cada ciência assume um significado particular.

Assim:

- a) na **Física** — é a produção de movimento ou de atividade a um corpo que resiste por meio de uma força outra;
- b) na **Fisiologia**, é o desgaste de energia na ação muscular ou mental;
- c) na **Economia**, é a atividade produtora de bens ou serviços;
- d) na **filosofia**, que faz uma síntese de todas as ciências, envolve, além disso, a criação e evolução do ser. (Santos, 1965)

3. CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO

O trabalho está intimamente ligado ao progresso científico e técnico e às estruturas sócio-culturais que influenciou poderosamente. Sobretudo a partir do séc. XVIII, verifica-se impressionante aceleração caracterizada por crescente mecanização, motorização e racionalização, culminando no progressivo alargamento da automação.

Em termos históricos, as suas concepções podem ser resumidas:

- a) *na Antigüidade*, não apenas a greco-latina, domina a concepção trágico-pessimista refletida na etimologia.
- b) *A Revelação Judaico-Cristã* tem do trabalho uma concepção simultaneamente grandiosa (colaborar na obra de Deus, essencialmente por ser o homem "imagem" de Deus, chamado a "senhorear" ou reinar sobre a natureza, precisamente graças ao trabalho) e realista (o egoísmo pecador desvirtua muitas vezes o trabalho, tornando-o desumanizante; daí, sobretudo, todos os aspectos penosos do trabalho, os quais se podem, contudo tornar "redentores" por participação na "cruz" — "nos trabalhos de Jesus").
- c) A Reforma trouxe algumas aportações importantes sobretudo com Calvino, mesmo que se tenham de por de reservas à tese de Max Weber sobre a contribuição do calvinismo puritano para o nascimento do capitalismo.
- d) Com os *tempos modernos* e o grande desenvolvimento dos estudos econômicos, evidencia-se o aspecto do trabalho como *fator de produção*, seu papel na formação do valor das mercadorias.

e) Hegel e Marx apresentam as últimas doutrinas globais do trabalho, com muitos pontos de acordo mas profundamente diferentes. Marx, combinando elementos dos economistas ingleses clássicos (sobretudo o que se refere à divisão do trabalho e suas implicações e ao papel do trabalho como medida e fonte de valor dos bens) e da filosofia de Hegel (em particular a "abstração" alienante que o trabalho representa) elabora a sua concepção global da sociedade e da história, dentro do qual se situa, como superação da alienação que o sistema capitalista introduziu, a revolução do proletariado e a implantação do comunismo no qual terminarão todas as alienações, e o trabalho será apenas fator de realização do homem. Engels foi mais longe, considerando-o mesmo fator de "humanização": "a mão não é só órgão do trabalho, mas também seu produto." (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

4. NECESSIDADE

Por que trabalha o homem? Para atender à sua necessidade.

O que é uma necessidade? É a consciência de que nos falta algo.

Por que nos falta algo? Porque a necessidade, sendo um estado de espírito e um atributo do homem subjetivo, impõe ao homem este ou aquele desejo.

Daí, três postulados econômicos básicos:

- a) nossas necessidades e desejos são ilimitados;
- b) os bens que estão à nossa disposição são escassos;
- c) para adquiri-los, procuramos empregar o melhor esforço possível, usando o nosso critério de escolha.

As necessidades podem ser:

- a) prioritárias: comer, beber, dormir etc.
- b) secundárias: vestir-se bem, passear, cinema etc.

5. REMUNERAÇÃO DO TRABALHO: O SALÁRIO

O salário constitui um direito natural de poder aquisitivo, cuja medida está relacionada à cooperação que cada um presta à sociedade.

Na sociedade atual, a procura de mão de obra repousa predominantemente na produtividade, e não sobre a sua eventual utilidade. Processa-se nos moldes da análise de preços, isto é, resume-se a uma análise da oferta e procura.

Assim sendo:

quanto maior o número de empresas que procura trabalhadores, maior será o salário.

De acordo com o Espírito André Luiz, a remuneração, no Plano Espiritual, refere-se ao "bônus-horas", ou seja, uma ficha de serviço individual, funcionando como valor aquisitivo. Lá, cada um deve dar oito horas de serviços, mas há horas de esforço extraordinário em que a remuneração aos serviços sacrificiais prestados é duplicada e, às vezes, triplicada.

Diferença de concepção: no Plano Espiritual, o salário é fundamentado na utilidade e no esforço que cada um emprega, independentemente da oferta e procura. (Xavier, 1978, cap. 22)

6. A UTILIDADE DO TRABALHO

Na pergunta 675 — Só devemos entender por trabalho as ocupações materiais? — Não, o espírito também trabalha, como o corpo. Toda a ocupação útil é trabalho. Aqui, temos que considerar a relação entre o útil e o inútil. Há muitas atividades que não trazem ganhos materiais e até dão prejuízo. Mas é preciso ver que todos ansiamos por valores artísticos, criativos, religiosos etc. No âmbito da atividade espírita, não devemos visar lucros materiais, pois, se assim o fizermos estaremos sendo mercenários com as coisas do Espírito. É por isso que Allan Kardec chama-nos a atenção que a mediunidade deve ser gratuita. Dar de graça o que de graça recebeste. (Kardec, 1995)

7. TRABALHO E LAZER

O repouso serve para reparar as forças do corpo. É também necessário para deixar um pouco mais de liberdade à inteligência que deve elevar-se acima da matéria. O lazer funciona como um antídoto à depressão e ao estresse. Acontece que muitas vezes a escolha de nosso lazer cansa mais do que trabalhar. Precisamos ponderar as coisas e colocá-las no seu devido lugar.

8. A FELICIDADE

Marx afirmara que os fatores econômicos são os que impulsionam a arte, a religião e outras atividades de nossa vida.

Assim:

Para o **Marxismo**, a felicidade do indivíduo estaria presa aos proventos materiais do trabalho (salários).

Para o **Espiritismo**, porém, a felicidade do indivíduo vai além dos proventos materiais do trabalho (salários), pois implica em evolução espiritual.

Por isso, não basta dar trabalho ao homem, sendo também necessário dar-lhe educação moral, ou seja, orientação espiritual para que ele possa tirar do trabalho todos os proventos que este lhe possa dar. Um mundo socialista, de trabalho e abundância para todos, mas sem perspectivas espirituais, seria tão vazio e aborrecido como um mundo espiritual de ociosidade, segundo o prometido pelas religiões. (Kardec, 1995, p. 267)

9. CONCLUSÃO

Lembre-mos de que entre os trabalhos, o mais difícil é o **trabalho interior**, ou seja, o trabalho de reformulação de nossos hábitos e atitudes negativos. Assim, os nossos maiores esforços deveriam ser direcionados para esse mister, pois é o único bem que nenhum ladrão nos roubará. Importa metermos mão à obra.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁVILA, F. B. de S.J. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, M.E.C., 1967.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Verbo, s. d. p.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

SANTOS, M. F. dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3. Ed., São Paulo, Editora Matese, 1965.

XAVIER, F. C. *Nosso Lar*, pelo Espírito André Luiz. 19. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1978.

04 LEI DE REPRODUÇÃO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Reprodução no Tempo. 4. Reprodução como Lei Natural. 5. Família. 6. Parentesco. 7. Casamento e Celibato: 7.1. Resumo Estatístico; 7.2. Âmbito da Doutrina Espírita. 8. Divórcio. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a criação de novos corpos físicos e a sua relação com o processo evolutivo do ser humano.

2. CONCEITO

Reprodução - dá-se este nome à série de processos pelos quais os seres vivos transmitem a vida a novos indivíduos e asseguram a continuação das espécies. A reprodução dos seres vivos se faz através de outro preexistente. Pode ser assexuada ou *agâmica* e sexuada ou *singâmica*. Na reprodução assexuada é uma célula ou um aglomerado celular que se destaca do indivíduo produtor, tornando-se independente, para dar início a um novo ser semelhante ao primeiro. Na reprodução sexuada a célula (espermatozóide) se destaca de um ser vivo e junta-se a uma outra célula (óvulo). Os óvulos formam-se no organismo feminino e os espermatozoides no organismo masculino. Quando os dois órgãos existem no mesmo indivíduo diz-se que ele é hermafrodita; estando em indivíduos separados a espécie é unissexuada, como se dá com a espécie humana e os animais superiores. (Edipe)

3. REPRODUÇÃO NO TEMPO

Conta-nos o Espírito André Luiz que a vida no Planeta Terra começou a partir da geléia cósmica, de onde verteu o princípio inteligente, em suas primeiras manifestações.

Trabalhadas, no transcurso de milênios, pelos operários espirituais que lhe magnetizam os valores, permutando-os entre si, sob a ação do calor interno e do frio exterior, as mônadas celestes exprimem-se no mundo através da rede filamentosa do protoplasma de que se lhes derivaria a existência organizada no Globo constituído.

Aparecem os vírus, que estimulam a divisão cariocinética.

Evidenciam-se as bactérias rudimentares, cujas espécies se perderam nos alicerces profundos da evolução, lavrando os minerais na construção do solo, dividindo-se por raças e grupos numerosos, plasmando, pela REPRODUÇÃO ASSEXUADA, as células primeiras, que se responsabilizariam pelas eclosões do reino vegetal em seu início.

Os vírus e as bactérias propiciam a formação das algas, dotadas de extrema motilidade e sensibilidade, como formas monocelulares em que a mônada já evoluída se ergue a estágio superior. Sucedendo-as, por ordem, emergem as **algas verdes** de feição pluricelular, com novo núcleo a salientar-se, inaugurando a REPRODUÇÃO SEXUADA

Das cristalizações atômicas e dos minerais, dos vírus e do protoplasma, das bactérias e das amebas, das algas e dos vegetais do período pré-cambriano aos fetos e às lycopodiáceas, aos trilobites e cistídeos, aos cefalópodes, foraminíferos e radiolários dos terrenos silurianos, o princípio espiritual atingiu os espongiários e celenterados da era paleozóica, esboçando a estrutura esquelética...

Viajando sempre, adquire entre os dromatérios e anfitérios os rudimentos das reações psicológicas superiores, incorporando as conquistas do instinto e da inteligência.

E assim o princípio inteligente vai incorporando os automatismos de que nos servimos na fase humana, em que foram incorporados o pensamento contínuo, o livre-arbítrio e a razão, no âmbito da REPRODUÇÃO SEXUADA. (Xavier, 1977, cap. III)

4. REPRODUÇÃO COMO LEI NATURAL

De acordo com os postulados espíritas, Deus criou os Espíritos simples e ignorantes; logo, há necessidade da reprodução de formas físicas, a fim de atingirem a perfeição. Como é impossível atualizar todas as virtudes em uma única encarnação, os Espíritos voltam ao plano da matéria quantas vezes forem necessárias. Poder-se-ia dizer que as diversas encarnações têm o objetivo de sublimar o instinto sexual. Quer dizer, todo o Espírito passa do mundo das formas físicas, onde predomina a natureza animal, para os estados de Espíritos superiores, onde predomina a natureza espiritual.

No que tange aos obstáculos à reprodução criados pelo homem, os Espíritos dizem-nos que tudo o que entrava a marcha da Natureza é contrário à lei geral. Deus deu ao homem, sobre todos os seres vivos, um poder que ele deve usar para o bem, mas não abusar. Ele pode regular a reprodução segundo às necessidades, mas não deve entravá-la sem necessidade. (Kardec, 1995, perguntas 686 a 694)

5. FAMÍLIA

É no lar que, salvo raras exceções, as formas físicas são procriadas. A importância da família prende-se ao fato que é ali, no cadinho das quatro paredes, que o novo ser receberá apoio para a sua jornada terrena. Não basta apenas procriar; é preciso que a forma física, animada por um Espírito, receba a influência educativa dos seus progenitores, no sentido de avivar a fraternidade e a solidariedade. Não é sem razão que a maioria dos grandes pensadores definem a família com sendo a célula máter da sociedade.

6. PARENTESCO

O parentesco é a matriz geral das relações sociais. O homem é um ser que vive em sociedade; a sociedade só existe dividida em grupos, que se baseiam no parentesco, e ultrapassam esta divisão original através da cooperação.

A instituição primária que dá origem à solidariedade entre os grupos é o casamento. Um grupo que só contasse com as suas próprias forças internas para se reproduzir biologicamente, que praticasse o incesto, e apenas o incesto, estaria condenado à destruição, indiscutivelmente.

A troca das mulheres entre os grupos é a troca da vida, uma vez que as mulheres fornecem os filhos e o seu poder de fecundidade a outrem que não aos seus próximos.

A lei da exogamia, na qual se baseiam todas as sociedades, deve ser entendida como lei de troca das mulheres e do seu poder de fecundidade entre homens — a mãe e a ama de leite. (Enciclopédia Einaudi, item Masculino/Feminino)

7. CASAMENTO E CELIBATO

7. 1. RESUMO ESTATÍSTICO

a) até a Segunda Guerra Mundial.

- O número de casamentos e a fecundidade estavam em declínio e o celibato em ascensão;
- Com o surgimento do fenômeno "baby boom", os casamentos e a fecundação sobem e o celibato cai.

b) entre 1961 e 1965 rompe-se esse modelo.

- Surgem a pílula anticoncepcional e os movimentos feministas;
- As pessoas começaram a se casar menos com o vínculo legal;
- Há um aumento considerável das mães solteiras..

7.2. ÂMBITO DA DOUTRINA ESPÍRITA

O casamento revela um progresso na marcha da Humanidade, porque é regulamentação do instituto familiar. A união livre e fortuita dos sexos pertence ao estado de natureza. O casamento é um dos primeiros atos do progresso nas sociedades humanas porque estabelece a solidariedade fraterna e se encontra entre todos os povos, embora nas mais diversas condições. A abolição do casamento seria, portanto, o retorno à infância da humanidade e colocaria o homem abaixo mesmo de alguns animais, que lhe dão o exemplo das uniões constantes.

O celibato somente é meritório quando feito para o Bem, pois todo sacrifício pessoal, visando o Bem e sem segunda intenção egoísta, eleva o homem acima de sua condição material. (Kardec, 1995, perguntas 695 a 699)

8. DIVÓRCIO

A separação dos cônjuges não deve ser facilitada, pois o regime monogâmico é o que melhor se presta para a evolução do ser encarnado. No casamento, o que é de Natureza Divina é a união dos sexos e a Lei do Amor para operar a renovação dos seres que morrem; mas as condições que regulam essa união são de ordem humana, sujeita aos costumes de cada povo.

O divórcio é uma lei humana que tem por fim separar legalmente o que está separado de fato; não é condenável perante Deus, pois, ele trata de legitimar o que já está separado, isto é, regular separações onde não há amor, mas somente a união dos sexos ou de interesses materiais. (Kardec, 1984, cap. XXII)

9. CONCLUSÃO

Vimos que a produção de novas formas físicas é de fundamental importância para a renovação da espécie humana. É preciso, pois, que essa reprodução seja responsável e não comprometa o processo evolutivo do nosso Planeta.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 39. ed., São Paulo, IDE, 1984.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

EDIPE - *Enciclopédia Didática de Informação e Pesquisa Educacional*. 3. ed., São Paulo, Iracema, 1987.

XAVIER, F. C. e VIEIRA, W. *Evolução em Dois Mundos*, pelo Espírito André Luiz, 4. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.

GIL, F. (Editor). *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985-1991.

05 LEI DE CONSERVAÇÃO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Evolução da Mentalidade Ecológica. 4. Instinto de Conservação. 5. Necessidade: Material e Espiritual. 6. Necessário e Supérfluo. 7. Alimentação, Privações e Mortificações. 8. A Maior Conquista. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o instinto de conservação, natural no ser humano, porém influenciado pelos usos e costumes das sociedades modernas.

2. CONCEITO

A conservação pode ser vista sob vários ângulos:

Em **Filosofia** significa em geral a permanência de um ente real no seu existir, ou ainda a invariância dos seus estados fenomênicos e propriedades.

Em **Teodicéia** significa a ação de Deus que mantém os seres na existência. O seu contrário é a aniquilação.

Em **Ecologia**, conhecida como *conservação da natureza*, significa o movimento cultural, inicialmente designado por Proteção da Natureza, que visa assegurar a utilização racional dos recursos naturais, proteger o ambiente natural da poluição do solo, da água e do ar, manter e embelezar as paisagens naturais, proteger as espécies raras de animais ou plantas e quaisquer formações geológicas de maior interesse pela sua raridade ou originalidade. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

3. EVOLUÇÃO DA MENTALIDADE ECOLÓGICA

O Extremo Oriente teve a primazia da mentalidade conservacionista. Há milhares de anos existem nessa região áreas destinadas a proteger os animais, como em Sarnath, na Índia, onde Buda se inspirava, e na China, onde os mandarins mantinham espécies de particular interesse em pequenos parques.

Embora tenha havido no final do século XIX eventos esparsos de preservação da natureza, especialmente nos Estados Unidos, Japão e México, foi somente no início do século XX, que alguns governos, bem como entidades privadas, passaram a reconhecer que a proteção da natureza é assunto de alcance internacional.

O evento de maior amplitude e repercussão mais profunda, em vista dos problemas de poluição e degradação ambiental que se acumulavam no final do século XX, foi a Conferência da Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1992, teve a adesão de 178 países e contou com a presença de mais de cem chefes de estado. Na Eco-92, como ficou conhecida, foram aprovados documentos de fundamental importância para a conservação da natureza, como a Convenção da Biodiversidade, a Declaração de Princípios das Florestas, a Convenção do Clima e a Agenda 21.

No Brasil, o primeiro documento a referir-se expressamente à conservação da natureza foi a carta régia de 13 de março de 1797, que advertia contra o perigo de destruição das matas. Em 1821, José Bonifácio de Andrade e Silva propôs que "em todas as vendas de terras que se fizessem em sesmarias que se dessem, se pusessem a condição de que a sexta parte do terreno nunca haveria de ser derrubada e queimada, sem que se fizessem novas plantações de bosques".

Observe que hoje a luta pela defesa da natureza, ao mesmo tempo, tomou feições concretamente política, passando a figurar com destaque entre as plataformas partidárias e as metas de novos governantes. (Enciclopédia Barsa)

4. INSTINTO DE CONSERVAÇÃO

Em todos os seres vivos, o instinto de conservação é o mais importante. A finalidade primordial do animal é comer e esforçar-se para não ser comido pelos outros. Essa é a razão pela qual os órgãos sensoriais, que investigam se existe alimento em volta ou que, ao pressentir perigo, ordena ao corpo que se proteja ou fuja, encontram-se perto do orifício de introdução dos alimentos.

Depois do instinto de conservação, o mais importante é o *instinto* de reprodução, ou tendência procriadora, que faz o macho procurar a fêmea para fecundá-la. Ambos os instintos requerem a contribuição coordenadora de diversos sistemas de órgãos. Na fuga, o coração bate mais depressa e os músculos ficam tensos.

O cérebro do homem, grande e desenvolvido, permite-lhe uma compreensão mais consciente dos acontecimentos e pode, assim, escolher a forma de comportamento mais adequada a cada situação. O que nos animais é instinto, no homem é subjetivo. Ele pode igualmente dominar-se, recordar, prever e planejar os atos segundo as experiências acumuladas. (Enciclopédia Combi)

O instinto de conservação é uma lei natural, porque a vida num corpo físico é necessária ao aperfeiçoamento dos seres, e sua destruição antecipada entrava o desenvolvimento do princípio inteligente. (Kardec, 1995, perguntas 702 e 703)

5. NECESSIDADE: MATERIAL E ESPIRITUAL

Necessidade é a consciência de que nos falta algo. Pode ser material e espiritual.

No âmbito das *necessidades materiais*, temos as **principais** (comer, beber e dormir) e as **complementares** (passeios e diversões). O provimento dessas necessidades dá-se pelo trabalho. O trabalho é a troca de nossa especialização pela especialização do outro. Há uma renda e com ela suprimimos os meios básicos para a nossa sobrevivência.

No âmbito das *necessidades espirituais*, destacamos a leitura de um livro espiritual a freqüência em igrejas, as discussões sobre a morte e o que vem depois dela etc. Talvez seja essa a razão pela qual nos reunimos em uma sala de aula para aprendermos a Doutrina dos Espíritos. Há a necessidade dos que expõem os postulados espíritas e a daqueles que ouvem. E ficamos ali enquanto as nossas necessidades forem preenchidas. Quando já não nos satisfaz, mudamos e seguimos outro caminho.

6. NECESSÁRIO E SUPÉRFLUO

A civilização multiplica as necessidades, mas também multiplica as fontes de trabalho e os meios de vida. Sempre há para todos um lugar ao Sol, mas com a condição de cada qual tomar o seu e não o dos outros. A Natureza não poderia ser responsável pelos vícios da organização social e pelas conseqüências da ambição e do amor ao próprio.

Como conhecer o limite do necessário? O sensato o conhece por intuição e muitos o conhecem através das suas próprias experiências.

O limite entre o necessário e o supérfluo nada tem de absoluto. A civilização criou necessidades que não existem no estado de selvageria, e os Espíritos que ditaram esses preceitos não querem que o homem civilizado viva com selvagem.

O elemento chave está sempre no senso moral que prescreve os esforços que o homem tem de fazer para não viver do trabalho alheio quando tem forças para ganhar o sustento por si mesmo. Pede moderação nos gozos, pois todo o excesso é prejudicial. Enfim solicita o exercício do bom senso no seu mais alto grau. (Kardec, 1995, perguntas 704 a 717)

7. ALIMENTAÇÃO, PRIVAÇÕES E MORTIFICAÇÕES

A *alimentação* animal, para o homem, é contrária à lei natural? — Em nossa constituição física, a carne nutre a carne, pois do contrário pereceríamos. A lei de conservação impõe-nos o dever de conservar as nossas energias e a nossa saúde, para podermos cumprir a lei do trabalho. Devemos alimentar-nos, portanto, segundo exige a nossa organização.

Alimentar-se, excluindo a carne, é uma opção particular. Não é uma imposição doutrinária, nem tampouco indício de purificação da alma. Nesse sentido, o Evangelho adverte-nos que não é o que entra pela boca o que contamina o homem, mas o que sai, pois provém do coração.

No que tange às *privações*, lembremo-nos somente das que são meritórias: sacrificarmo-nos em favor do próximo, renunciarmos às festas para atender alguém que esteja doente, retirarmos do necessário para auxiliar alguém em dificuldade etc.

As *mortificações*, praticadas desde a antigüidade por diversos povos, só terão mérito se elas forem proveitosas para alguém. Se não serve senão ao que a pratica e o impede de fazer o bem, é egoísta, qualquer que seja o pretexto sob o qual se disfarce. submeter-se a privações no trabalho pelos outros é a verdadeira mortificação, de acordo com a caridade cristã. (Kardec, 1995, perguntas 718 a 727)

8. A MAIOR CONQUISTA

Conservarmo-nos donos de nossa casa interior é a maior das conquistas. Se, como tantos fazem, procuramos a vida fora de nós, nas outras pessoas e nas coisas, seremos escravos. Um homem evoluído não teme a guerra, a dificuldade e o dissabor; sabe que, apesar de todas as asperezas da estrada a percorrer, poderá permanecer calmo como o relógio ao meio da tempestade.

Sempre procuramos nos outros as causas de nosso infortúnio; elas, porém, residem em nós, dentro de nós. Procuramos sempre inculpar os demais, pois queremos encontrar um cireneu que nos carregue a cruz. No entanto, nós é que devemos carregá-la nos ombros.

Resistência, reação defensiva e recuperação são as idéias forças que devemos exercitar para robustecer o dinamismo de nosso próprio destino.

9. CONCLUSÃO

Escutemos a nossa voz interior, pois ela possui poderes ilimitados para nortear nossa vida. Tendo-a por escudo, usaremos de tudo e não abusaremos de nada. Ouvindo-a constantemente desenvolveremos o nosso senso moral e o sentimento de caridade que nos eleva acima de todos os sofrimentos presentes.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Verbo, s. d. p.

Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro/São Paulo, Encyclopaedia Britannica, 1997.

Enciclopédia Combi Visual. Barcelona (Espanha), Ediciones Danae, 1974.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

06 LEI DE DESTRUIÇÃO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO 1. Introdução. 2. Conceito. 3. População e Meio Ambiente. 4. Destruição Como Lei Natural. 5. Destruição abusiva e necessária. 6. Flagelos Destruidores. 7. Guerras, Assassínio, Crueldade, Duelo e Pena de Morte. 8. Transformação Conservativa. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é mostrar que o instinto de destruição que há no ser humano deve ser contrabalançado pelo instinto de conservação, caso queiramos perpetuar a espécie humana.

2. CONCEITO

Destruição - do lat. *destructione* significa ação ou efeito de destruir; demolição: destruição de uma casa. (Aurélio) O que chamamos destruição não é mais que transformação.

População e Meio Ambiente

A pressão da população sobre o meio ambiente (fator de impacto), com a finalidade de extrair o kcal (quilo caloria) necessário à sua sobrevivência, pode ser visto em 4 fases, a saber:

1ª) fase - caçador-coletor. Tomemos como ponto de partida a situação em que havia 3.000.000 de habitantes, necessitando de 2.600 kcal por dia, proporcionando um impacto igual a 1.

2ª fase - agricultura de subsistência e pastoreio. Estima-se que o consumo energético per capita das sociedades de 10 mil anos, com uma população de 8.000.000 de pessoas, estava ao redor de 4.700 kcal/dia, tendo um fator de impacto igual a 4,8. (este resultado é obtido, dividindo os dados desta fase com os da anterior).

$$\frac{2,6 \times 10^3 \text{ kcal} \times 3 \times 10^6 \text{ habs}}{4,7 \times 10^3 \text{ kcal} \times 3 \times 10^6 \text{ habs}} = \frac{1(\text{impacto})}{x(\text{impacto})}$$
$$x = \frac{4,7 \times 8 \times 10^9}{2,6 \times 3 \times 10^9} = 4,8$$

Conclui-se que essa nova forma de vida causa um impacto quase 5 vezes maior.

3ª fase - urbanização. Por volta de 3.500 anos a. C. Estima-se em 11.000 kcal o consumo calórico per capita dessa fase e a população, na época dos grandes descobrimentos, em 400 milhões de almas. Assim, pode-se deduzir que o impacto tornou-se mais de quinhentas vezes maior do que o causado por nosso “caçador-artista”.

4ª fase - tecnologia moderna. Da época dos descobrimentos até o final do século XVIII, o consumo energético per capita cresceu mais 1.600 kcal, somando 12.600.

O índice aqui utilizado foi apresentado, pela primeira vez, durante a conferência organizada pela UNESCO e pelo Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU), no Programa “O Homem e a Biosfera”, em 1981. Na década de 70 houve um impacto 10 mil vezes maior

do que a inicial. Dados de 1986 estimam o consumo energético médio per capita em 31.816 kcal/dia, o que nos dá com a população de 5 bilhões, o escore de 20.394 na tabela de impacto. (Rodrigues, 1989, pág. 70 a 76)

3. DESTRUIÇÃO COMO LEI NATURAL

A destruição é uma lei natural, porque precisamos renovar a espécie. Se mantivéssemos eternamente o nosso corpo físico, não haveria o melhoramento dos seres vivos. Para que haja equilíbrio ecológico, uma espécie destrói a outra para sobreviver. A destruição recíproca dos seres vivos é, dentre as leis da Natureza, uma das que, à primeira vista, menos parecem conciliar-se com a bondade de Deus. Pergunta-se por que Ihes criou ele a necessidade de mutuamente se destruírem, para se alimentarem uns à custa dos outros. É que o homem, como inteligência finita, não consegue abarcar a Inteligência Infinita de Deus. Contudo, o homem evoluído sabe que a verdadeira vida, tanto do animal quanto dele próprio, não está no invólucro corporal e sim no Princípio Inteligente, que preexiste e sobrevive ao corpo. Assim, para se nutrirem, os seres vivos destroem-se entre si, mas única e exclusivamente para obedecer ao equilíbrio natural, decorrente das Leis de Conservação e de Destruição conjugadas. (Kardec, 1975, p. 81 a 84)

5. DESTRUIÇÃO ABUSIVA E NECESSÁRIA

Como vimos anteriormente, o equilíbrio ecológico se dá através da eliminação das espécies inferiores. No final do ciclo de destruição está o homem, com sua inteligência, a eliminar os animais menores. A destruição que ultrapassa os limites das necessidades e da segurança mostra a predominância da bestialidade sobre a natureza espiritual. Toda a destruição que ultrapassa os limites da necessidade é uma violação da lei de Deus. Os animais não destroem mais do que necessitam, mas o homem, que tem o livre-arbítrio, destrói sem necessidade. Como exemplo, podemos dizer que matar um animal para saciar a sua fome é necessário, mas matar pelo prazer da caça é abusivo. (Kardec, 1995, perguntas 728 a 736)

6. FLAGELOS DESTRUIDORES

Os flagelos destruidores fazem a civilização caminhar em poucos anos o que levaria séculos para conseguir sem a prática da Lei do Amor. No entanto, os homens de bem que sucumbem aos flagelos (terremotos, maremotos, inundações etc.) não sofrem como os maus, pois, dada sua condição evolutiva superior, a perda de uma veste, como o corpo, não tem a mesma importância que para um materialista ou para aquele mais apegado à natureza animal. Sabe-se, além do mais, que os flagelos naturais destruidores têm uma utilidade física, porque freqüentemente mudam o estado de uma região, proporcionando, no futuro, melhores condições de aproveitamento para o homem. (Kardec, 1995, perguntas 737 a 741)

7. GUERRAS, ASSASSÍNIO, CRUELDADE, DUELO E PENA DE MORTE

Estes temas dão-nos a oportunidade de elaborarmos sobre o pensamento dicotômico. Somos de tal modo limitados ao sim/não, ao certo/errado, à guerra/paz que não conseguimos vislumbrar o problema como um todo. Um ponto minúsculo, torna-se imenso, quando olhamos somente para ele; mas se o colocarmos dentro de um grande mapa tridimensional, verificaremos que é bastante irrisório quando comparado ao todo. Foi o que fez K. E. Boulding em *Paz Estável*. Diz-nos o autor que no desenrolar da história humana, as probabilidades de se morrer numa guerra têm sido realmente muito pequenas. Até mesmo no beligerante século XX, em que o número total de mortes deve ter sido de 1,5 a 2 bilhões. Praticamente todas as pessoas que estavam vivas em 1900 estão hoje mortas, bem como uma proporção considerável daqueles que nasceram desde então. Todas as guerras

do século XX até hoje não mataram mais do que 80 milhões de pessoas, ou cerca de 4% do número total de mortos.

Do ponto de vista espiritual, a explicação para as guerras, os assassinios, a crueldade etc. dizem respeito à predominância da natureza animal sobre a espiritual e à satisfação das paixões. (Kardec, 1995, perguntas 742 a 765)

8. TRANSFORMAÇÃO CONSERVATIVA

Para o provimento de suas necessidades, os homens são obrigados a transformar os recursos naturais em bens úteis, econômicos. O nó da questão está em usar os bens naturais de forma conservativa, isto é, sem alterar substancialmente o equilíbrio cósmico. Para isso, devemos conjugar serenamente a Lei de Conservação e a Lei de Destruição, a fim de atingirmos o equilíbrio entre o Espírito e a matéria.

9. CONCLUSÃO

No afã do lucro, nem sempre sopesamos o desperdício dos recursos naturais e a conseqüente poluição devastadora do solo, do mar e do ar. Contudo, além do problema material, urge considerar a poluição mental, que se expressa pelo entorpecimento de vibrações, ondas e mentes em desalinho, como decorrência das ambições desenfreadas, dos ódios sistemáticos e do orgulho destruidor.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOULDING, K. E. *Paz Estável*.

KARDEC, A. *A Gênese - Os Milagres e as Predições Segundo o Espiritismo*. 17. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1975.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

RODRIGUES, S. DE A. *Destruição e Equilíbrio. O Homem e o Ambiente no Espaço e no Tempo*. 6. Ed., São Paulo, Atual, 1989 (Série meio-ambiente).

08 LEI DE SOCIEDADE

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito de Sociedade. 3. Histórico. 4. Classes Sociais. 5. Necessidade da Vida Social. 6. Laços de Família. 7. Família e Estado. 8. Conclusão. 9. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisarmos o instinto de sociabilidade, inato no ser humano, concretizado em nosso relacionamento com familiares, amigos, inimigos e demais seres humanos jungidos às circunstâncias de nossa vida.

2. CONCEITO DE SOCIEDADE

Em *sentido amplo*, conjunto de indivíduos entre os quais há relações organizadas de serviços recíprocos.

Em *sentido restrito*, conjunto de indivíduos cujas relações estão consolidadas em instituições e até mesmo, na maioria das vezes, asseguradas pela existência das sanções, sejam codificadas, sejam difusas, que fazem sentir ao indivíduo a ação e as imposições da coletividade. (Enciclopédia Delta Larouse)

Diz-se, também, que é o estado dos homens ou dos animais que vivem sob a ação de leis comuns: as abelhas vivem em *sociedade*; cada família forma uma sociedade natural. Assim, as pessoas reunidas num estádio para assistirem a uma partida de futebol não constituem uma sociedade, enquanto aquelas reunidas em uma Igreja sim.

Para Gabriel Tarde, o grupo social é um conjunto de indivíduos que se imitam entre si.

3. HISTÓRICO

Cada período da História da Sociedade, desde os tempos mais primitivos até a moderna sociedade industrializada, revela os seus característicos especiais. A época das caças; o período da agricultura primitiva; o período feudal, no qual as comunidades camponesas se reúnem sob o poderio dos senhores feudais, a que deviam obediência e para os quais trabalhavam como servas; a era do artífice e do mercador, em que este enriqueceu-se vendendo os produtos daquele em terras distantes, estimulando assim, indiretamente, a navegação e a construção de navios; o aparecimento do industrial, com o seu sistema de produção mecanizado na fábrica e conseqüente disseminação de mercadorias pelos quatro cantos do mundo.

Para K. E. Boulding, o século XX marca o período médio de uma grande transição no estado da raça humana. Pode-se designá-la com propriedade como a segunda grande transição na história da humanidade.

A primeira transição ocorreu com a passagem da sociedade pré-civilizada para a civilizada e teve início há cinco (ou dez) mil anos. Essa transição ainda está se desenvolvendo em algumas partes do mundo, embora possa ser considerada quase terminada.

Contudo, agora que a primeira grande transição chega a seu término, uma segunda grande transição se aproxima, a que podemos chamar transição de uma sociedade civilizada para uma pós-civilizada.

As origens da primeira grande transição perdem-se nas brumas do tempo. Nada nos impede, porém, de considerar a pesca, a caça e o pastoreio como os seus característicos iniciais. A partir daí, desse nomadismo primitivo, os indivíduos descobrem a agricultura e fixam-se à terra, e com isso produzem um excedente agrícola, capaz de financiar o aparecimento das cidades. Nas cidades, há mais tempo livre para alguns homens que

podem se dedicar à invenção de máquinas e equipamentos, no sentido de aumentar a produtividade das pessoas.

As origens da segunda grande transição não são tão obscuras quanto as da primeira. A astronomia babilônica, a geometria grega, a álgebra árabe representaram uma espécie de primícias do enorme caudal de novos conhecimentos e de tecnologia que viria depois. A partir de século VI é possível acompanhar a expansão lenta da tecnologia. A nora surgiu no século VI; o estribo, no VIII; coelheira e o leme, no IX; o moinho de vento, no XII, e assim por diante. A invenção da imprensa no século XV representou para a Europa uma arrancada irreversível, pois a partir desse momento a divulgação dos conhecimentos aumentou com grande rapidez. O século XVII viu surgir a ciência, e no século XVIII processou uma aceleração das alterações tecnológicas, denominada de Revolução Industrial. (Boulding, 1966, cap. 1)

4. CLASSES SOCIAIS

A classificação em classes sociais, estudada primeiramente nos Estados Unidos, e hoje adotada em todos os países, apresenta o seguinte perfil:

A classe alta (3%) — é constituída pelas pessoas que exercem as funções mais importantes na sociedade e ocupam posições de destaque, respeito, mando, prestígio etc., com escala de valores bem definida.

A classe média (38%) — é constituída pelas pessoas profissionalizadas em geral, tais como: balconistas, pequenos comerciantes, operários especializados, técnicos de diversas categorias, empregados de escritório etc.

A classe baixa (59%) — é constituída de pessoas marginalizadas, despreparadas para o trabalho, de desenvolvimento mental rudimentar, com tendência para o ócio, instáveis, destituídas de ambição, desconhecedoras das leis, de seus deveres e direitos.

As porcentagens indicadas são de determinado estudo feito na América do Norte. Em termos de aproximação, podemos afirmar que nos países sub-desenvolvidos, a percentagem da classe média talvez se constitua de 20 a 25%, enquanto a baixa engrossa para além de 70%. (Curti, 1983, p. 123 a 125)

5. NECESSIDADE DA VIDA SOCIAL

O instinto de sociabilidade, inato no ser humano, leva-o a participar da sociedade. Aristóteles no século IV a. C. dizia que “o homem é naturalmente um animal político”. Na Idade Média, Santo Tomás de Aquino o mais expressivo seguidor de Aristóteles, afirma que “o homem é por natureza, animal social e político, vivendo em multidão”.

A necessidade da vida social prende-se ao fato de que nenhum homem dispõe de todas as faculdades humanas. É pelo contato social que eles se completam uns aos outros para assegurarem o progresso e o bem-estar. Os mais fortes auxiliam os mais fracos; os ricos ajudam os pobres; os sábios ensinam os ignorantes. No isolamento ele fenece e estiola. (Kardec, 1995, perguntas 766 a 772)

Segundo B. Reymond “Na Índia, descobriu-se em 1920, duas crianças, Amala e Kamala, vivendo no meio de uma família de lobos. Caminhavam de quatro patas apoiando-se sobre os joelhos e cotovelos para os pequenos trajetos e sobre as mãos e o pés para os trajetos longos e rápidos. Alimentavam-se de carne crua ou podre, comiam e bebiam como os animais, lançando a cabeça para frente e lambendo os líquidos”. (Aranha, 1986, p.2) Este relato mostra que a vida de isolamento absoluto e o voto de silêncio privam o homem das relações sociais que lhe podem fornecer ocasiões de fazer o bem e de cumprir a lei do progresso.

6. LAÇOS DE FAMÍLIA

A família ocupa lugar de destaque na sociedade. Observe que Herbert Spencer considerou a família entre as instituições que dão forma à vida social; Marx e Engels, como o primeiro

grupo histórico, a primeira forma de interação humana; Augusto Comte, como célula básica da sociedade, o embrião e o modelo desta, de maneira que a sociedade perfeita é a que funciona como a família.

Por mais que se queira eliminá-la, como aconteceu na Rússia, verifica-se o retorno à mesma. É que na família está a verdadeira educação do ser. O Estado, a escola dão a instrução, mas somente o lar pode educar com êxito. Havendo o relaxamento deste, há também o relaxamento da vontade e da personalidade dos homens. O homem tem outro destino que não o dos animais. Para ele, há outra coisa além das necessidades físicas: há a necessidade de progresso. Os liames sociais são necessários ao progresso e os laços de família resumem os liames sociais: eis porque eles constituem uma lei natural (Kardec, 1995, perguntas 773 a 775)

7. FAMÍLIA E ESTADO

As duas grandes sociedades da terra são a **família**, como semente formadora da sociedade, e o **estado**, como instituição política organizadora da sociedade. De logo se verifica, que, por um processo natural, o próprio homem sente ser imprescindível manter e conservar a sociedade para, dentro dela, progredir, individual e coletivamente. Para o espiritismo, a sociedade existe para a elevação moral do homem, para o seu crescimento interior, para que aprenda a ser fraterno e indulgente, em seu benefício e no do todo.

8. CONCLUSÃO

Tenhamos plena consciência de nossos deveres e direitos junto à nossa família e ao estado em que estivermos inseridos. Somente responsabilizando-nos pela coisa pública poderemos formar uma sociedade mais justa e mais fraterna.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARANHA, M . L. de A. e MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo, Editora Moderna, 1986, pág. 2.

Enciclopédia Delta Larouse.

BOULDING, K. E. *O Significado do Século XX - A Grande Transição*. São Paulo, Fundo de Cultura, 1966

CURTI, R. *Espiritismo e Questão Social (Problemas de Atualidade I)*. São Paulo, FEESP, 1983.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

08 LEI DO PROGRESSO

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito. 3. Histórico. 4. A marcha do Progresso. 5. Progresso e Religião. 6. Influência do espiritismo no Progresso. 7. A Nova Civilização. 8. Conclusão. 9. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é comparar o desenvolvimento técnico-científico alcançado pelas sociedades modernas com o avanço moral de seus habitantes.

2. CONCEITO

Progresso significa movimento ou marcha para frente. Avanço natural e regular da humanidade para maior conhecimento e maior ventura. (Delta Larousse) J. B. Bury expressa o progresso nos seguintes termos: "A idéia de progresso é a síntese do passado e a profecia do futuro".

3. HISTÓRICO

A origem do progresso pode ser buscada na Antigüidade clássica. Há historiadores que não aceitam a idéia de progresso nesta etapa, pois defendem a tese de que estes filósofos não tinham consciência de um passado histórico suficientemente longo para que o progresso pudesse ser evidenciado. Robert Nisbet, em a *História da Idéia de Progresso*, nega tal afirmativa mostrando o elo que os filósofos faziam entre o passado e o futuro. Empregavam constantemente a palavra "no decurso do tempo", "pouco a pouco" e "passo a passo".

Há com relação à Idade Média uma aceção de que cuidavam somente da teologia e do sobrenatural sem ligar para as coisas do mundo. Há um equívoco, pois na Alta Idade Média já se tem em formação todo o arcabouço da Renascença, que se consubstanciou no desenvolvimento da ciência e com ela todo o avanço da tecnologia que vemos nos dias de hoje.

Poder-se-ia, assim, resumir o progresso material nos seguintes termos:

- **até 1700**, o sistema produtivo (Europa) era baseado no artesanato;
- **entre 1700 e 1910**, com Revolução Industrial (Inglaterra), o sistema produtivo passa ao mecanizado;
- **entre 1910 e 1973**, com o sistema Ford (Estados Unidos), o que prevaleceu foi a produção em série;
- **Depois de 1973**, temos o sistema Toyota (Japão), caracterizando os inventários minimizados e o sistema de produção baseado no *just in time*.

4. A MARCHA DO PROGRESSO

O estado natural é a infância da Humanidade e o ponto partida do seu desenvolvimento intelectual e moral. O homem, sendo perfectível, procura incessantemente o seu melhoramento como resultado de uma lei natural, a Lei do Progresso. Entretanto, o progresso moral e o progresso intelectual não caminham juntos. A bem dizer, o progresso moral é a consequência do progresso intelectual, visto o progresso intelectual fornecer meios para o desenvolvimento do livre-arbítrio, o que aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos.

Os que tentam impedir o progresso agem como a pedra sob uma roda; retardam o seu andamento, mas acabam esmagados por ela. Quando, entretanto, um povo não caminha

com a pressa desejável na evolução natural, Deus, através de suas leis, lhe suscita o progresso com um grande abalo físico ou moral.

O maior obstáculo ao progresso moral são o orgulho e o egoísmo, que desenvolvem a ambição e a paixão pelo poder e pelas riquezas, na medida em que desenvolvem a inteligência, mas sem amor.

Há duas espécies de progresso que mutuamente se apoiam e entretanto não marcham juntos: o progresso intelectual e o progresso moral. Entre os povos civilizados o primeiro recebe em nosso século todos os estímulos desejáveis, e por isso atingiu um grau até hoje desconhecido. Seria necessário que o segundo estivesse no mesmo nível. Não obstante, se compararmos os costumes sociais de alguns séculos atrás com os de hoje teremos de ser cegos para negar que houve progresso moral. (Kardec, 1995, perguntas 776 a 785)

5. PROGRESSO E RELIGIÃO

Uma reflexão sobre eminentes pensadores leva-nos a aceitar a grande influência que a religião teve sobre o progresso. Na Antigüidade clássica grega os deuses influenciavam as ações dos indivíduos. Toda a filosofia de Sócrates baseia-se no seu *daimon* — guia protetor. Platão é reconhecido como o iniciador das idéias religiosas quando desenvolve o mito da reminiscência das idéias. Mesmo o mundo romano é dominado pelo cristianismo, pois a vinda de Jesus dá uma nova dimensão à caridade.

Há vários autores da época recente que colocam a noção de Providência em seus raciocínios: Vico, Kant, Condorcet. Os escritos de Comte e Saint Simon apontam para a fé do progresso sob o guante da religião. Até mesmo Mill, aparentemente ateu durante grande parte de sua vida, em seus últimos anos, chegou a declarar o Cristianismo como indispensável tanto para o progresso como para a ordem. Marx pode ter repudiado todas as religiões manifestas, mas a sua Dialética é originariamente agostiniana, e este fato tem uma função providencial na teoria marxista do progresso.

6. INFLUÊNCIA DO ESPIRITISMO NO PROGRESSO

O Espiritismo se tornará uma crença comum e marcará uma nova era na História da Humanidade, porque pertence à Natureza e chegou o tempo em que deve tomar lugar nos conhecimentos humanos. Haverá, entretanto, grandes lutas a sustentar, mais contra os interesses do que contra as convicções.

As idéias só se transformam com o tempo e não subitamente; elas enfraquecem de geração em geração e acabam por desaparecer com os que as professavam e que são substituídos por outros indivíduos imbuídos de novos princípios, como se verifica com as idéias políticas. Auxiliando na destruição do materialismo, que é uma das chagas da sociedade, é a contribuição que o Espiritismo pode oferecer ao progresso, pois ele faz os homens compreenderem onde está o seu verdadeiro interesse, ou seja, na vida futura. (Kardec, 1995, perguntas 798 a 799)

7. A NOVA CIVILIZAÇÃO

A lei do progresso, que é inexorável, encaminha o homem para a civilização cristã. Nessa civilização haverá menos egoísmo, cupidez e orgulho, os costumes serão mais intelectuais e morais do que materiais e a bondade e o amor ao próximo serão condutas intrínsecas do todo o indivíduo. Esta é a civilização que o Espiritismo estabelecerá na Terra. Como se vê pelas explicações dos Espíritos e os comentários de Kardec, a civilização incompleta em que vivemos é apenas uma fase de transição entre o mundo pagão da Antigüidade e o mundo cristão do Futuro.

8. CONCLUSÃO

Tenhamos em conta a irreversibilidade do tempo, pois os minutos desperdiçados não voltam mais. Se formos negligentes, podemos perder a oportunidade de acrescentar valores morais ao nosso patrimônio espiritual.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro, Delta, 1979.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

09 LEI DE IGUALDADE

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito de Igualdade. 3. Histórico. 4. Igualdade Natural e Desigualdade Social. 5. Desigualdade da Riqueza. 6. Desigualdade e Reencarnação. 7. Projeto da Igualdade Democrática. 8. Doutrina Comunista e Igualdade de Renda. 9. Conclusão. 10. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é refletir sobre a lei de igualdade, natural no ser humano, porém influenciada pelos fatores econômicos, o quais implicam em trágicas mudanças nas condições sociais da humanidade.

2. CONCEITO DE IGUALDADE

Sentido Geral - é a qualidade do que é igual, do que não tem diferença.

Na Matemática - a igualdade é simbolizada pelo sinal =, daí $a=b$.

Na Ética e na Política - o princípio segundo o qual as prescrições, proibições e penas legais são as mesmas para todos os cidadãos, sem aceção de nascimento, situação ou riqueza (igualdade jurídica). (Santos, 1965)

3. HISTÓRICO

A história social e econômica dos povos primitivos mostra que a igualdade e a reciprocidade estiveram sempre na base das trocas praticadas pelas sociedades mais simples e rudimentares. Mas é sobretudo a propósito da justiça chamada a regular relações entre pessoas, que as referências à aritmética e geometria, como seu critério e medida, se revelam mais freqüentes e elaboradas.

A idéia de igualdade fundamental de todos os homens, penosamente adquirida ao longo da história, repousa sobre a igualdade metafísica ou identidade essencial. É de salientar, no entanto, que o cristianismo, ao proclamar a eminente dignidade da pessoa humana enquanto imagem de Deus, não só conferiu ao princípio da igualdade fundamental de todos os homens caráter absoluto e transcendente a sua profunda radicação na consciência humana. Perante Deus, pai comum, todos os homens são irmãos. Tornam-se, por isso, inaceitáveis todas as discriminações de raça, de religião, de cultura, sexo, de classe social etc. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia)

A declaração dos Direitos Humanos, advindos da Revolução Francesa, foi um marco sem precedentes na busca pela igualdade entre os seres humanos. É dela que temos notícia do lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", pressupostos que ainda estão por ser atualizados em cada uma de nós.

4. IGUALDADE NATURAL E DESIGUALDADE SOCIAL

Todos os homens são iguais perante Deus; todos nascem com a mesma fragilidade, estão sujeitos às mesmas dores e o corpo do rico se destrói como o corpo do pobre.

Deus criou todos os Espíritos iguais, mas cada um viveu mais ou menos tempo e por conseguinte realizou mais ou menos aquisições; a diferença está no grau de experiência e na vontade, que é o livre-arbítrio: daí decorre que uns se aperfeiçoam mais rapidamente, o que lhe dá aptidões diversas. Como os mundos são solidários, a mistura de aptidões é necessária para a evolução da Humanidade: o que um não faz, o outro faz, e é assim que cada um tem a sua função útil.

A desigualdade social não é uma lei natural; ela é obra do homem e não de Deus. Essa desigualdade desaparecerá juntamente com a predominância do orgulho e do egoísmo, restando tão somente a desigualdade de mérito. Chegará um dia em que os membros da grande família dos filhos de Deus não mais se olharão como de sangue mais ou menos puro, pois somente o Espírito é mais puro ou menos puro, e isso não depende de posição social. (Kardec, 1995, perguntas 803 e 807)

5. DESIGUALDADE DA RIQUEZA

"A desigualdade das riquezas é um desses problemas que se procura em vão resolver, se não se considera senão a vida atual. A primeira questão que se apresenta é esta: Por que todos os homens não são igualmente ricos? Não o são por uma razão muito simples: *é que eles não são igualmente inteligentes, ativos e laboriosos para adquirir, nem moderados e previdentes para conservar*. Aliás, é um ponto matematicamente demonstrado que a fortuna, igualmente repartida, daria a cada qual uma parte mínima e insuficiente; que, supondo-se essa repartição feita, o equilíbrio estaria rompido em pouco tempo, pela diversidade de caracteres e das aptidões." (Kardec, 1984, p. 210)

Em termos econômicos, a desigualdade da riqueza é medida pela distribuição de renda.

Comparemos, pois, a distribuição de renda no Brasil com a do resto do mundo.

O Brasil é apontado pelos técnicos do BIRD (Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico) como sendo o país mais injusto na distribuição de renda da América Latina. Pela avaliação do PIB (Produto Interno Bruto), somos a 8ª economia do mundo; pelo índice de Desenvolvimento Humano, que inclui analfabetismo e qualidade de vida, ocupamos a 70ª posição no ranking mundial.

De acordo com o índice de Sofrimento Humano Internacional tabulado pelo Population Crisis Committee - PCC, um Instituto norte-americano sem fins lucrativos, de pesquisas populacionais, os brasileiros foram classificados entre os "altos" sofredores do mundo. A pesquisa foi feita a partir de estatísticas de 141 países sobre qualidade de vida, liberdade política, taxa de inflação e distribuição de renda.

Transformando em números, podemos dizer que:

a distribuição de renda no Brasil mostra que 20% dos mais ricos ganham 26 vezes mais do que os 20% mais pobres. No Leste Europeu, os 10% mais ricos recebem 7 vezes mais do que os 10% mais pobres;

aqui, a diferença entre o menor salário e o maior é de 1/100, já no Japão é de 1/10; temos uma renda **per capita** de US\$ 2.550 contra US\$ 30.270 na Suíça;

6. DESIGUALDADE E REENCARNAÇÃO

De que maneira a Doutrina Espírita pode auxiliar-nos na compreensão da desigualdade de renda apontada acima? O princípio da reencarnação, adotado pelo Espiritismo, é um forte argumento, que pode oferecer-nos alguma pista. É possível que os Espíritos que ora estão encarnados neste país já tenham vivido nos outros países mais desenvolvidos. Como não souberam utilizar a riqueza em favor do próximo, foram enviados para esta região para se reequilibrarem na lei do amor, passando pela prova da pobreza.

A reencarnação mostra a justiça divina. No que tange à riqueza, todos passaremos por ela, quer seja nesta vida ou em outras.

7. PROJETO DA IGUALDADE DEMOCRÁTICA

Este projeto realizar-se-á através das seguintes exigências:

1ª) igualdade inicial de oportunidades;

2ª) possibilidades iguais, para todos, de realizar sua dignidade essencial igual: trabalho justamente remunerado;

3ª) possibilidades diferentes, para cada um, de realizar seus talentos diferenciados.

Observação: se todos os homens são rigorosamente iguais em sua dignidade essencial, todos são rigorosamente diferentes em suas capacidades e talentos (Grande Enciclopédia de Moral e Civismo).

8. DOUTRINA COMUNISTA E IGUALDADE DE RENDA

Marx, em seu materialismo histórico, prevê o surgimento do comunismo como a síntese perfeita da evolução materialista da sociedade, onde não haverá barreiras de classe, onde não haverá exploração do homem pelo homem, nem mesmo poder estatal sobre o indivíduo; em que os recursos produtivos serão de posse comum; onde a escassez será superada e haverá uma abundância de riqueza material. Em termos do nosso estudo, pressupõe a igualdade da renda.

Mas, será possível essa igualdade absoluta? Ela já existiu? Ela não é possível. A diversidade das faculdades e dos caracteres se opõe isso.

Auxiliemo-nos, porém, da utilidade marginal da renda para aclarar nossas idéias. De acordo com essa teoria, a igualdade de utilidade marginal não implica rendas iguais. Importa apenas a maximização da utilidade social. Isso significa que cada um de nós, por sermos diferentes, precisamos de diferentes níveis de renda. Para que quer renda o eremita no deserto?

As rendas deveriam ser iguais somente se todos os homens fossem semelhantes. Mas como isso é impossível, precisamos encontrar um grau ótimo de desigualdade, pois à medida que nos afastamos deste ideal imaginário em outra direção, no sentido de maior desigualdade, perdemos a democracia, a fraternidade, o interesse e responsabilidade de todos por todos, que é o que faz a organização tolerável.

Em termos monetários, o princípio evangélico "àquele que tem dar-se-lhe-á" deveria ser substituído por "aquele que mais desfruta o que tem, mais se lhe dará". Numa sociedade em que os indivíduos são dessemelhantes em face das inclinações das curvas de sua utilidade marginal, presumindo que as utilidades marginais de indivíduos diferentes sejam mais ou menos as mesmas para níveis de subsistência de renda, então um aumento na renda total da sociedade resultaria em distribuição mais desigual, visto como o aumento de renda iria principalmente para aqueles que mais desfrutarão. (Bouding, 1967, p. 107 a 111)

9. CONCLUSÃO

Uma visão ampla do amor induzirá o homem a repartir do seu excesso com aquele que tem menos; da abundância de um país, para os que tiverem dificuldade de produzir. Ao Espiritismo cabe uma grande responsabilidade, ou seja, a de auxiliar o pensamento do homem a fim de que se liberte das paixões materiais e o conduza à conquista dos bens espirituais, os únicos que poderá levar ao partir para a vida dos Espíritos.

10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁVILA, F. B. de S.J. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, M.E.C., 1967.

BOULDING, K. E. *Princípios de Política Econômica*. São Paulo, Mestre Jou, 1967.

KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 39. ed., São Paulo, IDE, 1984.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1989.

SANTOS, M. F. dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3. ed., São Paulo, Matese, 1965.

10

LEI DE LIBERDADE

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito: 2.1. Liberdade; 2.2. Livre-Arbitrio; 2.3. Fatalidade; 2.4. Determinismo. 3. Histórico. 4. Ambigüidade do Termo. 5. O Problema da Liberdade. 6. Livre-Arbitrio e Fatalidade. 7. Relação entre Livre-Arbitrio e Determinismo. 8. Liberdade e Escravidão. 9. A Escolha entre o Bem e o Mal. 10. Conclusão. 11. Bibliografia Consultada

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a liberdade, relacionando-a com o livre-arbitrio, a fatalidade, o determinismo e a escravidão, no sentido de absorver o seu real sentido, muitas vezes ofuscado pela ambigüidade que o termo conota.

2. CONCEITO

2.1. LIBERDADE

Sentido Geral - estado do ser que não sofre constrangimento, que age conforme a sua vontade, a sua natureza.

Sentido Político - é a faculdade de fazer o que se queira dentro dos limites do direito (lei).

Sentido Psicológico e Moral - aquele que fazendo o bem ou o mal age conforme a razão, que aprova (Lalande, 1993).

2.2. LIVRE-ARBÍTRIO

Livre-Arbitrio quer dizer juízo livre. É a capacidade de escolha pela vontade humana entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, conscientemente conhecidos.

O **livre-arbitrio** não quer dizer, de modo algum, que é um querer sem causa, como o pretendem interpretar alguns **deterministas**, que se opõem à sua aceitação (Legrand, 1986).

2.3. FATALIDADE

a) Diz-se que é **fatal** ou sucedido ou a suceder-se, marcado pelo destino, portanto, do que, necessariamente, tem de acontecer, ou necessariamente aconteceu. A fatalidade é a necessidade inevitável no desenvolvimento dos fatos históricos, que está prescrita por uma vontade determinante (o *maktub*, o que está escrito), que é superior a toda vontade humana (*fatum*, fado).

b) Diz-se, também, que é uma **fatalidade** um fato fortuito, devido ao acaso, inevitável, mas que é prejudicial aos interesses humanos.

c) Em sentido geral, fatalidade é sinônimo da *necessidade das leis universais*. (Santos, 1965)

2.4. DETERMINISMO

Doutrinariamente considerado, o determinismo afirma que todos os fatos do universo são guiados inteiramente por **determinantes**, segundo certas leis.

Goblot, em seu "Vocabulário", define o **Determinismo** como uma doutrina segundo a qual todo fenômeno é determinado pelas circunstâncias nas quais ele se produz, de forma que, dado um estado de coisas, o estado de coisas que lhe segue, dela resulta necessariamente. O determinismo é um conceito da razão, e a idéia da liberdade nos é dada pela intuição, pela intuição direta que cada um de nós tem de sua própria experiência.

3. HISTÓRICO

A cultura arcaica ignora o indivíduo, o primitivo ignora o "eu", a sua própria existência; esta é, antes de mais vivida colegialmente. Há um *a priori* comunitário de regras preestabelecidas, onde cada um participa de tudo e de todos, não havendo sequer espaço ou possibilidade para a iniciativa individual — o que, aliás, não constitui problema algum. Na mentalidade arcaica o desejo de cada um coincide com a situação dada, não havendo condições possibilitantes de alternativa e de oposição entre controle mítico-social e iniciativa pessoal. O homem primitivo é livre *como* a ave no seu elemento aéreo, *como* o peixe no seu elemento aquoso... É livre de fuma liberdade *primeira*, anterior à reflexão dos seus porquês. Não havendo possibilidade de cisão entre o *real* (situação dada) e o *possível*, não pode haver "consciência infeliz".

Embora não saibamos precisar o momento histórico, vemos surgir a liberdade *segunda*, afirmadora já da realidade individual e relacional de cada um com todos, em prejuízo da absolutização da comunidade integradora - clã , povo etc. (Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado)

Em termos políticos, podemos aquilatar os esforços da humanidade em prol da liberdade da pessoa humana, analisando a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Partindo do *Código de Hamurabi* (2067 a. C.), e percorrendo o *Decálogo* de Moisés, O *Sermão do Monte* de Jesus, A *Magna Carta* da Inglaterra, em 1689, a *Declaração da independência dos Estados Unidos*, em 1776, a *Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão*, em 1789 ... podemos chegar finalmente, em 10 de dezembro de 1948, à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, proclamada pela Organização das Nações Unidas, cujos trinta artigos, embora não se revistam de força jurídica coativa, constituem um termo de responsabilidade assumido pelas nações integrantes da ONU. (Edipe)

4. AMBIGÜIDADE DO TERMO

A palavra liberdade presta-se a muitos significados. Falamos de liberdade política, de liberdade econômica e de liberdade de consciência. A liberdade em Cuba é diferente da liberdade nos Estados Unidos. O termo comporta, também, limitações psicológicas, legais e econômicas. Suponhamos a seguinte situação: ir aos Estados Unidos. **Sentido psicológico**: estou disposto a me deslocar para aquele país?; **sentido legal**: o governo americano permite a minha estada?; **sentido econômico**: conseguido o visto de entrada, tenho recursos financeiros para tal empreendimento? (Boulding, 1967, 130 a 132)

5. O PROBLEMA DA LIBERDADE

"A liberdade de uma pessoa não termina quando começa a liberdade da outra". Esta é a frase com que Eduardo Prado de Mendonça começa o capítulo II do seu livro *A Construção da Liberdade*. Afirma o autor que não existe uma geometria da liberdade nem uma liberdade no espaço. Acha ele que quando dizemos que "a liberdade de um acaba quando começa a liberdade do outro", estamos assumindo um preconceito, do qual não temos consciência. Que significa dizer que a liberdade de um acaba quando começa a liberdade do outro?

Primeiro, as noções de acabar e começar têm um significado temporal. Isso quer dizer que cada um tem o seu tempo de ser livre. Quando um começa o outro acaba e vice-versa. O que não é verdade. Eu não sou livre durante os dez primeiros minutos e o outro nos dez minutos seguintes. No sentido espacial, quer dizer que a área de liberdade de um não é área de liberdade do outro. O que não é uma verdade, pois eu não sou livre até o meio de uma sala e o outro na outra metade da sala. O que se procura com essa frase é afirmar de

fato que o direito à liberdade de um tem como limite o direito à liberdade do outro. Mas a liberdade de um não é a liberdade do outro, logo cada um tem uma liberdade diferente. Aqui já entramos no campo do direito, não da arbitrariedade. E tratando-se de direito, põe-se a questão do dever ser. (1977, p.19 a 21)

6. LIVRE-ARBÍTRIO E FATALIDADE

De acordo com Allan Kardec, na pergunta 851 de *O Livro dos Espíritos*, a fatalidade não existe senão para a escolha feita pelo Espírito, ao encarnar-se, de sofrer esta ou aquela prova física; ao escolhê-la, ele traça para si uma espécie de destino, que é a própria conseqüência da posição em que se encontra. No tocante às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o seu livre-arbítrio sobre o bem e o mal, é sempre senhor de ceder ou resistir. Observe que a palavra fatalidade aqui usada tem mais o sentido de determinismo do que de fatalidade propriamente dita. (Kardec, 1995, p. 314)

7. RELAÇÃO ENTRE LIVRE-ARBÍTRIO E DETERMINISMO

O Espírito Emmanuel, nas perguntas 132 a 139 de *O Consolador*, retrata as relações entre o determinismo divino e o livre-arbítrio. Diz-nos que esses dois termos coexistem na vida, sendo o primeiro absoluto nas mais baixas camadas evolutivas e o segundo ampliando-se com os valores da educação e da experiência. É justamente essa ampliação do livre-arbítrio que dá ao ser humano as noções mais acuradas do que seja o bem e o mal, do justo e do injusto, no sentido de lhe ampliar as responsabilidades por suas ações em sociedade. Quer dizer, quanto mais sabemos, mais podemos saber, mas em contrapartida, mais aumenta o número de coisas que devemos evitar. (Xavier, 1977, p. 83 a 88)

8. LIBERDADE E ESCRAVIDÃO

A palavra vem do termo “**slav**” e referia-se aos prisioneiros eslavos reduzidos à servidão pelos povos germânicos. Caracteriza-se pelo fato de reduzir uma pessoa humana à condição de coisa ou de animal, como propriedade absoluta de um senhor (Grande Enciclopédia de Moral Civismo).

Há homens naturalmente destinados a serem propriedade de outros homens? Resposta: a lei humana que estabelece a escravidão é uma lei contra a Natureza, pois assemelha o homem ao bruto e o degrada moral e fisicamente. Devem-se levar em conta os costumes e a desigualdade natural de aptidões. (Kardec, 1995, pergunta 829)

Os **vícios**, por limitarem os nossos atos livres, podem ser considerados uma forma de escravidão.

9. A ESCOLHA ENTRE O BEM E O MAL

As idéias justas ou falsas que fazemos das coisas levam-nos a vencer ou fracassar, segundo o nosso caráter e a nossa posição social. Achamos mais simples e menos humilhante para o nosso amor-próprio atribuir os nossos fracassos à sorte e ao destino, do que a nós mesmos. Se a influência dos Espíritos contribuem algumas vezes para isso, podemos sempre nos subtrair a ela, repelindo as idéias más que nos forem sugeridas. (Kardec, 1995, pergunta 852)

10. CONCLUSÃO

Escolhendo o vício haverá um tolhimento da vontade, pois esta estará submetida à necessidade de supri-lo, impedindo a continuidade de outros atos livres. Sendo assim,

concentremo-nos na prática das virtudes, pois somente elas têm a capacidade de ampliar a nossa liberdade de ação.

11. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. [tradução de Fátima Sá Correia ... et al.]. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

LEGRAND, G. *Dicionário de Filosofia*. [Trad. de Armindo José Rodrigues e João Gama]. Lisboa, Edições 70, 1986.

SANTOS, M. F. dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3. ed., São Paulo, Matese, 1965.

EDIPE - *Enciclopédia Didática de Informação e Pesquisa Educacional*. 3. ed., São Paulo, Iracema, 1987.

Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado.

BOULDING, K. E. *Princípios de Política Econômica*. São Paulo, Mestre Jou, 1967.

MENDONÇA, E. P. de. *A Construção da Liberdade*. São Paulo, Convívio, 1977.

KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

XAVIER, F. C. *O Consolador, pelo Espírito Emmanuel*. 7. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.

11
LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE

Sérgio Biagi Gregório

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Conceito de Justiça. 3. Histórico. 4. Três Formas de Justiça. 5. Virtudes: 5.1. Virtudes Cardeais; 5.2. Virtudes Teológicas. 6. Relação entre Justiça, Amor e Caridade. 7. A Base da Justiça. 8. Conclusão. 9. Bibliografia Consultada.

1. INTRODUÇÃO

objetivo deste estudo é analisar o sentimento de justiça, natural no ser humano, frente aos vários estados de injustiças que se observa nas atividades do homem dentro da sociedade.

2. CONCEITO DE JUSTIÇA

Sentido amplo - a noção de justiça pode ser entendida como ordem e harmonia total do homem no mundo, de acordo com as leis e normas do ser. (Idígoras, 1983)

Sentido Restrito - justiça é a constante e perpétua vontade de conceder o direito a si próprio e aos outros, segundo a igualdade. É virtude subjetiva, portanto.

Sentido Moral - significa o respeito que há em cada um de dar a cada um o que é seu (Santos, 1965).

3. HISTÓRICO

Na história do pensamento filosófico o conceito de justiça apresenta uma interessante evolução. Prescindindo da noção bíblico-teológica de justiça, é mister ascender até a Grécia se quisermos seguir a sobredita evolução na cultura ocidental.

a) a palavra *dikaiosyne*, que nos escritores da idade clássica traduz o conceito de justiça, não aparece nem em Homero, nem em Hesíodo. Neles o conceito mais afim de justiça é expresso por dois vocábulos: *Dike* e *Themis*. O 1.º significa "decisão judicial", o 2.º o "bom conselho", que inspira a decisão prudente. A partir do séc. VI a. C., começa a divulgar-se a palavra *dikaiosyne*, mas não tem o sentido jurídico que hoje damos ao termo justiça. *Dikaiosyne* significava propriamente um "princípio universal de ordem e harmonia" entre o fato e a norma que lhe diz respeito. Este aspecto geral atinge a sua expressão máxima no sistema platônico. Essa noção geral manteve-se firme durante muitos séculos, embora se fosse paralelamente outro aspecto mais restrito.

b) Este segundo aspecto começa a ser sistematizado a partir de Aristóteles, utilizando aliás elementos já existentes em germe na filosofia pré-socrática e, designadamente pitagórica. Consiste em sublinhar a índole social da justiça frisando que ela é primariamente correspondência entre dois termos contrapostos precisando estabelecer igualdade no que reciprocamente lhes é devido. Deste modo se passa de um princípio universal para uma virtude particular.

c) Estas duas concepções coexistiram lado a lado durante séculos e aparecem ainda notadamente em Leibnitz. Mas o aspecto universal foi-se gradualmente esquecido e hoje prevalece ordinariamente a noção de justiça em sentido estrito ou jurídico.

A partir do século XIX foi-se divulgando cada vez mais a expressão justiça social, em relação contra os abusos do capitalismo liberal. (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)

4. TRÊS FORMAS DE JUSTIÇA

São Tomás esclareceu o conceito de justiça distinguindo três formas, a saber:

É a que se refere às relações do todo social com os indivíduos, denominando-se justiça comutativa;

É a que se refere às relações do todo social com os indivíduos, denominando-se justiça distributiva, que implica no interesse da sociedade pela justa distribuição dos bens entre todos os seus membros.

Se refere às relações dos indivíduos com a sociedade como um todo, denominando-se justiça legal. (Idígoras, 1983)

5. VIRTUDES

As **Virtudes** — potências racionais que inclinam o homem para o bem, quer como indivíduo, quer como espécie, quer pessoalmente, quer coletivamente, podem ser divididas em:

5.1. VIRTUDES CARDEAIS

A **virtude moral** predispõe o indivíduo à prática do bem. Há duas ordens de moralidade, a natural e a infusa. Por isso, temos duas espécies de virtudes: adquiridas e infusas. Entre as **virtudes adquiridas**, distinguem-se principalmente quatro: **prudência, justiça, fortaleza e temperança**. Cognominadas de **cardeais** (de **cardo**, gonzo), por ser em redor delas que giram todas as outras, tais como a paciência, a tolerância, a brandura etc. Dentre todas elas a Justiça ocupa lugar de destaque, pois todas as outras giram primariamente sobre esta. (Santos, 1965)

5.2. VIRTUDES TEOLOGAIS

Entre as **virtudes infusas** estão a **fé**, a **esperança** e a **caridade**, cognominadas de **teologais**, porque não são o produto de uma prática, mas um dom infuso de Deus nos seus filhos. (Santos, 1965)

Observe que a Lei de Justiça Amor e Caridade sintetiza os dois tipos de virtudes. Assim, convém analisar a relação entre esses termos.

6. RELAÇÃO ENTRE JUSTIÇA AMOR E CARIDADE

Para maior compreensão dessa relação tenhamos em conta que o **amor** é "a totalidade dos sentimentos e desejos que estruturam o pensamento para a liberação de energia e de forças que guiam a ação na produção do bem e possibilitam a aquisição de qualidades, constituintes do crescimento do Espírito". (Curti, 1981, p.81) A **Caridade**, por outro lado, pode ser expressa como o "amor em ação".

Temos notícias de que habitualmente a justiça é representada com os olhos vendados e com uma balança na mão. Essa imagem significa que a justiça não faz discriminação de pessoas nem tem preferências afetivas, que ela é muito mais racional e, portanto, fria. Ao contrário do amor, que se estabelece em uma dimensão essencialmente pessoal e de preferência afetiva. No entanto, isoladamente, a justiça corre risco de esquecer muitos aspectos pessoais e muitas considerações que só o amor é capaz de descobrir. Allan Kardec diz que "o amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo o bem possível, que desejaríamos que nos fosse feito. Tal é o sentido das palavras de Jesus: "Amai-vos uns aos outros, como irmãos"". (Kardec, 1995, pergunta 886)

7. A BASE DA JUSTIÇA

O sentimento de justiça é natural ou resulta de idéias adquiridas? É tão natural que nos revoltamos ante uma injustiça. O progresso moral desenvolve a justiça, mas não a cria. Por isso, muitas vezes, entre os homens simples e primitivos encontramos noções mais exatas de justiça do que entre os de muito saber.

No que consiste a justiça? A Justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. Esses direitos são determinados pela lei humana e pela lei natural. Como os homens fizeram leis apropriadas aos seus costumes e ao seu caráter, essas leis estabeleceram direitos que podem variar com o progresso.

Fora do direito consagrado pela lei humana, qual a base da justiça fundada sobre a lei natural? O critério da verdadeira justiça é de fato o de se querer para os outros aquilo que se quer para si mesmo, e não de querer para si o que se deseja para os outros. Como não é natural que se queira o próprio mal, se tomarmos o desejo pessoal por norma ou ponto de partida, podemos estar certos de jamais desejar para o próximo senão o bem. Desde todos os tempos e em todas as crenças o homem procurou sempre fazer prevalecer o seu direito pessoal. O sublime da religião cristã foi tomar o direito pessoal por base do direito do próximo. (Kardec, 1995, perguntas 873 a 876)

8. CONCLUSÃO

O senso de **injustiça** mostra que algo está errado, não meramente conosco, mas com o mundo em geral. Ele mostra o descontentamento entre o ideal imaginado e a situação observada. É nesse momento que entra o sentimento de justiça, que deve ser contrabalançado pelo amor e a caridade, no sentido de atingir o bem comum.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- IDÍGORAS, J. L. *Vocabulário Teológico para a América Latina*. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
SANTOS, M. F. dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3. ed., São Paulo, Matese, 1965.
Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Verbo, s. d. p.
KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARANHA, M. L. de A. e MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo, Editora Moderna, 1986, pág. 2.
- ÁVILA, F. B. de S.J. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, M.E.C., 1967.
- BOULDING, K. E. *O Impacto das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BOULDING, K. E. *O Significado do Século XX - A Grande Transição*. São Paulo, Fundo de Cultura, 1966
- BOULDING, K. E. *Paz Estável*.
- BOULDING, K. E. *Princípios de Política Econômica*. São Paulo, Mestre Jou, 1967.
- COMMINS, S. e LINSKOTT, R. N. *The World's Great Thinkers - Man and the State: the Political Philosophers*. New York, EUA, Random House, 1947.
- CURTI, R. *Espiritismo e Questão Social (Problemas de Atualidade I)*. São Paulo, FEESP, 1983.
- EDIPE - *Enciclopédia Didática de Informação e Pesquisa Educacional*. 3. ed., São Paulo, Iracema, 1987.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa, Livros do Brasil, 1957?
- Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro/São Paulo, Encyclopaedia Britannica, 1997.
- Enciclopédia Combi Visual*. Barcelona (Espanha), Ediciones Danae, 1974.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa, Verbo, s. d. p.
- GIL, F. (Editor). *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985-1991.
- Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro, Delta, 1979.
- IDÍGORAS, J. L. *Vocabulário Teológico para a América Latina*. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- JOLIVET, R. *Tratado de Filosofia (Volume IV - Moral)*. Rio de Janeiro, Agir, 1966.
- KARDEC, A. *A Gênese - Os Milagres e as Predições Segundo o Espiritismo*. 17. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1975.
- KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 39. ed., São Paulo, IDE, 1984.
- KARDEC, A. *O Livro dos Espíritos*. 8. ed., São Paulo, FEESP, 1995.
- LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. [tradução de Fátima Sá Correia ... et al.]. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LEGRAND, G. *Dicionário de Filosofia*. [Trad. de Armindo José Rodrigues e João Gama]. Lisboa, Edições 70, 1986.
- Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1989.
- MENDONÇA, E. P. de. *A Construção da Liberdade*. São Paulo, Convívio, 1977.
- Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*.
- RODRIGUES, S. DE A. *Destrução e Equilíbrio. O Homem e o Ambiente no Espaço e no Tempo*. 6. Ed., São Paulo, Atual, 1989 (Série meio-ambiente).
- SANTOS, M. F. dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3. ed., São Paulo, Matese, 1965.
- WHITEHEAD, A. F. *Adventures of Ideas*. Cambridge, University Press, 1942.
- XAVIER, F. C. e VIEIRA, W. *Evolução em Dois Mundos*, pelo Espírito André Luiz, 4. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.
- XAVIER, F. C. *Nosso Lar*, pelo Espírito André Luiz. 19. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1978.
- XAVIER, F. C. *O Consolador*, pelo Espírito Emmanuel. 7. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.